

CADERNOS

DCP

Nº 8

Número Conjunto

Revista  
do Departamento  
de História  
Nº 10



100 ANOS

DE REPUBLICA

Departamento de História  
Departamento de Ciência Política  
FAFICH/UFMG  
Apoio CNPQ



**Revista do  
Departamento de História**

**Nº 10**

**Cadernos DCP - Nº 8**

**NÚMERO CONJUNTO**

**Departamento de História**

**e**

**Departamento de Ciência Política**

**FAFICH/UFMG**

**Apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico - CNPq**

**1990**

**REITORA DA UFMG**

Profa. Vanessa Guimarães Pinto

**DIRETORA DA FAFICH/UFMG**

Prof. Paulo Roberto Saturnino

**VICE DIRETOR**

Prof. Túlio Mourão

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Prof. Daniel Valle Ribeiro

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

Prof. Sérgio de Azevedo

**CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Douglas Cole Libby (ed.)

Prof. José Clóvis Machado (ed.)

Profa. Regina Horta Duarte

Profa. Lucília de Almeida Neves Delgado

Prof. Domingos Antônio Giroletti

Prof. Luiz Aureliano Gama de Andrade

**Revisão dos autores**

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

APOIO: CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

**PRODUÇÃO GRÁFICA**

Mazza Edições, a partir de composição fornecida.

**MONTAGEM**

Joyce Lamaita Perim

## SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO, 1**

Leônidas Prates Lafeté

**REPÚBLICA, 1889/1989, 4**

Francisco Iglésias

**AUTORITARISMO E DEMOCRACIA NA REPÚBLICA BRASILEIRA, 17**

Fábio W. Reis

**REPÚBLICA E TRABALHO NO REGISTRO DA BURGUESIA, 28**

Eliana Regina de Freitas Dutra

**O BARÃO DA RALÉ – A POLÍTICA DE PONTA-CABEÇA, 40**

Delsy Gonçalves de Paula  
Heloísa M. Murgel Starling

**O INÍCIO DAS MUDANÇAS, 56**

Ademir Gebara

**CONVERSA COM LUIZ CARLOS PRESTES, 64**

Lucília de Almeida Neves Delgado

**A REPÚBLICA DO TRABALHO: A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR-CIDADÃO EM MINAS GERAIS NO ALVORECER DO SÉCULO XX, 79**

Luciano Mendes de Faria Filho

**EMPRESARIADO E POLÍTICA EM MINAS GERAIS, 93**

Otávio Soares Dulci

**A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM MINAS: COMENTÁRIOS SOBRE OS DEPOIMENTOS DE ANTÔNIO OLINTO DOS SANTOS PIRES, 125**

Sheila Brandão Baggio

**"MONARQUIA E PRIMEIRA REPÚBLICA: A NATUREZA DO PACTO DE DOMINAÇÃO SEGUNDO INTERPRETAÇÕES CORRENTES NA HISTORIOGRAFIA", 132**

Vera Alice Cardoso Silva

**EM BELO HORIZONTE OPERÁRIOS VESTEM CAMISAS VERDES?, 151**

Yonne de Souza Grossi  
Maria Auxiliadora Faria

# EM BELO HORIZONTE OPERÁRIOS VESTEM CAMISAS VERDES?

*Yonne de Souza Grossi*

*Profa. Depto. Economia - PUC-MG*

*Maria Auxiliadora Faria*

*Profa. Depto. História - FAFICH-UFMG*

*A consciência não se encontra fora do desenvolvimento histórico. Não tem que esperar que o filósofo a introduza no mundo; razão pela qual o filósofo não tem direito a contemplar orgulhosamente de cima para baixo as pequenas lutas do mundo e depreciá-las.*

*Georg Lukács.*

## RESUMO

O presente artigo examina a Ação Integralista Brasileira (AIB) numa ótica político-ideológica, agregando e articulando setores médios da população, na conturbada conjuntura que antecede a implantação do Estado Novo, no Brasil. Trata-se de um movimento que expressa uma idéia absolutizada de participação, utilizando a mobilização política permanente e ilimitada, na defesa de seu ideário. Este ideário explicita a imagem de uma sociedade sem conflitos e sem diferenças, movida por cidadãos tão homogêneos quanto ativos.

A questão aqui enunciada refere-se às possibilidades de a AIB incluir como aliada em seu projeto de poder, a classe operária, pela sua interveniência expressiva nas relações de força que configuraram a conjuntura investigada.

## ABSTRACT

*This article examines the Ação Integralista Brasileira (AIB - "Brazilian Integralist Action") from a political-ideological viewpoint, as a group which organized and articulated sectors of the middle class during the troubled period just previous to the implantation of the Estado Novo in Brazil. The fundamental expression of the AIB's methods was that of absolute participation based on permanent and unlimited political mobilization in defense of its ultimate aims. Explicit in these aims was a society without conflict or differences, propelled by an equally homogeneous and active citizenry. The examination goes on to consider the possibilities of the AIB being able to include as its ally the working class, given the latter's expressive weight among the political forces active during the period under investigation.*

## INTRODUÇÃO

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um movimento político-ideológico que aglutinou segmentos médios da população, na conturbada conjuntura que antecedeu a

implantação do Estado Novo no país. Embora não possuísse uma base social orgânica, capaz de lhe fornecer sustentação histórica estrutural, seus mecanismos de organização, divulgação e propaganda tornaram efetiva, em 1935, a mobilização de 400.000 adeptos no território nacional \* 1

Por constituir um movimento com uma proposta de transformação social, nossa indagação é se o operariado de Belo Horizonte foi atingido pela AIB, já que sua presença como classe, não pode ser negada nas relações de força que configuraram a conjuntura 1933-1935. Apesar de a AIB tratar-se de uma organização política de setores médios urbanos, indagamos quais teriam sido as possibilidades de sua inserção no meio operário, dado o trânsito de trabalhadores no campo de forças dos anos que antecederam o golpe de Estado de 1937.

A escolha do período a ser investigado decorreu da estrutura da própria ação integralista: 1931-1936. Estes anos corresponderam à criação do movimento por Plínio Salgado, que posteriormente tornou-se seu único chefe. Este é, também, o período de organização e intensa mobilização dos integralistas, constatando-se um corte em 36, quando o Estado passou a inibir manifestações da sociedade civil, atingindo a ação integralista e provocando sua redefinição política.

A importância dessa questão prende-se a problemas enfrentados pela sociedade brasileira pós-30, quanto à estruturação do Estado Nacional, preocupado em arregimentar a emergente classe operária, que em anos anteriores demonstrou sua capacidade de se organizar independente da tutela do Estado.

Os resultados deste trabalho evidenciam as dificuldades encontradas em sua elaboração. Estas limitações estão na complexidade de um objeto de estudo como o integralismo, que por ser amplo, exigiria aprofundamento teórico e maior detalhamento de dados.

Existem estudos publicados sobre a AIB como os de Hélgio Trindade (1974), Marilena Chauí (1978), José Nilo Tavares (1982), José Chasin (1978), que apontam a dimensão ideológica do movimento e o de Renato Benzaquen de Araújo (1987), sob a ótica do totalitarismo. Porém, ao apresentar este fragmento sobre a presença integralista no meio operário de Belo Horizonte, estamos oferecendo uma modesta, mas inédita contribuição à historiografia mineira, que carece de pesquisa nessa área.

Também consideramos oportuno provocar uma reflexão sobre um partido de massas, com um projeto político, como o integralismo e, que as demandas dos cidadãos seriam canalizadas para o Estado, configurado na pessoa do Chefe. Este as converteria em decisões totalitárias, que não deixariam margem à contestação. Isto porque, através do aprendizado social homogêneo de obediência à autoridade, a população apoiaria aquelas determinações. Cabe aqui o conceito de totalitarismo, entendido a partir de duas instâncias: a primeira expressa uma concepção absolutizada da idéia de participação, pois conforma "um projeto de cidadania e soberania popular", utilizando a mobilização política que envolve a tudo e a todos, de forma permanente e ilimitada, na defesa de seus ideais; a segunda refere-se à identificação entre as noções de igualdade e uniformidade, explicitada pela imagem de uma sociedade totalmente sem conflitos e sem diferenças, movida "por cidadãos tão homogêneos quanto ativos".

1. TRINDADE, Hélgio. *Ação Integralista Brasileira*. São Paulo, DIFEL, 1974.

2. BENZAQUEM DE ARAUJO, Ricardo. *Totalitarismo e Revolução. O Integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987, p. 20-1.

## PRESENÇA OPERÁRIA

O relato que apresentamos sobre a classe operária belorizontina nos anos 30 permitirá um resgate de seu movimento, contribuindo também, para uma redefinição da memória histórica, assim como para desvendar questões não pesquisadas. Entre estas, a penetração da doutrina integralista no meio operário.

A implementação do parque industrial em Minas só ocorreu nos anos 50<sup>3</sup>. Contudo, a classe operária mineira, em especial a belorizontina, já apresentava na década de 30, traços distintos dos que a marcaram quando da edificação da Capital<sup>4</sup>. Observe-se, por exemplo, que em agosto de 1930, antes portanto da eclosão do movimento revolucionário, já se registra uma preocupação dos trabalhadores da indústria gráfica em fundar a Federação das Associações Operárias de Belo Horizonte, atestando a crença de que só uma federação operária poderia, quando necessário, transformar-se em "sentinela vigilante contra todos os exploradores e contra todos os usurpadores".<sup>5</sup>

À emergência política da classe operária percebe-se ainda, uma mobilização mais ampla que envolve diversos segmentos da população. É que, ao acelerado crescimento da cidade que acarretava à população inúmeros problemas de infra-estrutura, somava-se o discurso da Aliança Liberal que, apesar de ideologicamente frágil, acenava com uma perspectiva de "democracia", permitindo a abertura de um relativo espaço para essas mobilizações populares.

Após a revolução de 1930, a presença da classe operária como um novo interlocutor a nível nacional e estadual, só foi possível na medida em que a questão da democracia, tal como vinha sendo colocada no discurso das classes dirigentes, ultrapassava seus próprios limites.

Segundo Edgar de Decca, esse tema era apresentado como "modelo acabado, tendo no povo a sua validação universal"<sup>6</sup>. Viram-se pois, os vitoriosos de 30, na contingência de reconhecer nesse "povo" a presença da classe operária, e neste reconhecimento criar mecanismos institucionais para silenciá-la como força política. Nesse sentido, percebe-se em toda a legislação trabalhista dos anos 30, o intuito de conferir à nação uma face social orientada para a "colaboração das classes" merecendo atenção o Decreto 19.770, de 19 de março de 1931, exigindo o registro das organizações operárias junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Esta marca corporativista orientadora da política brasileira após 1930, foi explicitada no pensamento de Oliveira Vianna, que sintetizou em três pontos as diretrizes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que assessorava. Primeiro:

3. A bibliografia existente sobre a Economia Mineira ainda que parca indica um acentuado atraso em seu processo de industrialização, sobretudo, quando se toma o de S. Paulo como referência. Ver LIMA, João Heraldo. *Café indústria em Minas Gerais*. Petrópolis, Vozes, 1981 e CAMPOLINA, Clélio Diniz, *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte. PROED/UFMG.

4. Para a formação da classe operária belorizontina cf.: FARIA, M. Auxiliadora & GROSSI, Yonne de Sousa. A classe operária de Belo Horizonte, 1897-1920. in: *Anais do V Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, CEM/UFMG. 1982.

5. *O Graphico Mineiro*. Belo Horizonte, ag./1930, p. 1. s/n.

6. DE DECCA, Edgar. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 184.

"a deliberada e taxativa dissociação deste binário histórico, característica das organizações sindicais dos velhos povos europeus... O binário 'sindicalismo-socialismo' (...) o nosso sindicalismo é profissional, corporativo, cristão. Não Marxismo revolucionário, nem o Marxismo Reformista. Busca nas encíclicas dos grandes papas, de Leão XIII e Pio XI, a sua inspiração e princípios. Segundo: separação rigorosa entre sindicatos e partidos políticos; e terceiro: estruturação dos sindicatos de forma a serem instrumentos de integração social no processo de construção da vida nacional".<sup>7</sup>

O intervencionismo do Estado em termos da nova legislação não foi todavia, suficiente para conter a liberdade do movimento associativo brasileiro, conservando os sindicatos, muito de sua autonomia anterior.

Em Belo Horizonte, a primeira "Carta Sindical" - significando o reconhecimento oficial do Ministério do Trabalho - foi entregue a 25 de janeiro de 1933 à União dos Empregados do Comércio de Belo Horizonte, entidade que funcionava desde 1925.<sup>8</sup> No ano de 1933 é significativo o número de associações e sindicatos de classe que adquiriram o seu reconhecimento oficial junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em destaque o Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Oeste de Minas que contava à época mais de quatro mil sindicalizados. A esta crescente sindicalização observada no biênio 32/33, como as inúmeras outorgas de Cartas Sindicais pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, às associações de classe - fossem elas de patrões e/ou de empregados - devem, no entanto, segundo Luiz Werneck Vianna, ser entendidas num contexto mais amplo, onde o Estado buscava ainda, às vésperas da instalação da Assembléia Constituinte, a sua própria estruturação? Aos interesses regionalistas notadamente dos paulistas, mineiros e gaúchos, defensores de um liberalismo excludente, à moda da República Velha, e portanto, explicitamente contrários à representação classista na Assembléia Constituinte, opunham-se os defensores do corporativismo autoritário, representados pelo Clube 3 de Outubro e pela União Cívica Nacional. Optou o governo provisório por uma posição conciliatória.

O Decreto 22.653, de 20 de abril de 1933 estabeleceu o número e o modo de escolha dos representantes das associações profissionais a participarem da Assembléia Constituinte. Segundo esse Decreto, teriam assento na Assembléia 40 representantes classistas assim distribuídos: 17 empregadores, 18 empregados, 3 profissionais liberais e 2 funcionários públicos, eleitos por delegados - eleitores escolhidos por sindicatos devidamente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.<sup>10</sup>

As eleições para a bancada dos empregados foram realizadas no dia 20 de julho de 1933 e sua regulamentação só fora feita a 11 de maio daquele ano, sintomaticamente

após o pleito de 3 de maio. O curto espaço entre o decreto que a regulamentou e a eleição dificultou, por certo, a participação dos sindicatos, já que, apenas aqueles reconhecidos pelo Ministério até 15 de julho puderam enviar delegados-eleitores à Convenção Nacional que escolheu os deputados!<sup>11</sup>

A 2 de abril de 1933, reuniram-se na sede do recém-criado Partido dos Trabalhadores Mineiros (PTM) representantes dos sindicatos dos comerciários, dos gráficos, dos bancários, dos ferroviários, dos sapateiros, dos tecelões e dos operários da Construção Civil. O objetivo desta Assembléia foi a preparação do I Congresso dos Trabalhadores da Capital Mineira a ser realizado no dia 9 do mesmo mês. Este Congresso, embora operário, elegeu representantes de outras categorias, que constituíram um comitê da campanha eleitoral dos trabalhadores, tendo em vista o pleito de 3 de maio. Além dos representantes do PTM, Srs. Baeta Neves e Luiz Medeiros foram indicados: Clarindo Seabra (tecelões), Joaquim Domingos Leite (sapateiros), Arthur Barbosa Martins Torres (bancários), Waldemar Diniz (gráficos), Jorge Pereira da Silva (Cia. Força e Luz). Os operários da construção civil e os ferroviários não elegeram representantes, unindo-se em torno do nome de Luiz Medeiros já candidato oficial do PTM.<sup>12</sup>

Até o dia 25 do mesmo mês, no entanto, o PTM não conseguiu o seu registro eleitoral, tendo que inscrever seus candidatos através do Partido Nacional Trabalhista. Desta forma, sua chapa foi acrescida em mais dois candidatos, representantes dos operários de Juiz de Fora.<sup>13</sup>

A 1º de maio, ante-véspera das eleições, realizou-se com ampla cobertura da imprensa, o primeiro comício proletário de Belo Horizonte. O Correio Mineiro chamou a atenção para o fato de os candidatos terem conseguido "pela primeira vez trazer a praça pública os seus membros, já que até então as reuniões só se faziam entre as quatro paredes de suas sedes". Entrevistando alguns dos candidatos do PTM, o Correio Mineiro enfatizou a opinião do representante dos bancários que, confessando-se católico, dispunha-se ainda assim, a defender as reivindicações do Partido!<sup>14</sup> Todavia, o PTM não chegou a ser representado na Constituinte.

De fato, o momento que antecede a instalação da Assembléia é de grande mobilização para o operariado belorizontino. Mesmo que esta mobilização fosse permitida ou mesmo incentivada pelo governo, é preciso considerar ter sido através dela, que a classe operária emergiu para uma ação mais organizada, abrindo espaços a que tendências político-ideológicas se manifestassem.

Uma dessas tendências, identificada como comunista, de franca oposição à política oficial, lutava contra o atrelamento das associações operárias ao Estado. Em algumas ocasiões, chegou-se ao boicote e confronto com funcionários do Ministério do Trabalho, conforme fica evidenciado na notícia abaixo:

7. VIANNA, Francisco de Oliveira. *Direito do trabalho e Democracia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1951. p. 79/84. Citado por KENETH, Paul Erickson. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979. p. 51.

8. JORNAL DA "UTLJ" (*União dos Trabalhadores do Livro e Jornal*). Belo Horizonte, 25 jan./1933, p. 1.

9. VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Paz e Terra, 1978. p. 141-52.

10. GOMES, Angela Maria de Castro. "A representação de classes na Constituinte de 1934". In: \_\_\_\_ (org.) *Regionalismo e centralização política - Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. p. 437.

11. *Correio Mineiro*, Belo Horizonte, 2 abr./1933. p. 7.

12. *Idem*, *Idem*, 10 abr./1933. p. 7.

13. *Idem*, *Idem*, 25 abr./1933. p. 7.

14. *Idem*, *Idem*, 02 mai./1933. p. 1.

"Em torno da fundação do Sindicato dos Trabalhadores em madeira elementos comunistas impedem seus companheiros de se sindicalizarem. Ao usar a palavra, Heitor Guariento, em termos hostis ao Governo Federal concita os seus companheiros a não se sindicalizarem porquanto o Ministério do Trabalho está fazendo uma campanha de espezhamento ao operário nacional. O Sr. Sotto Maior, cassa a palavra do orador e o convida a retirar-se..."<sup>15</sup>

Com a instalação da Assembléia, cresceram também as críticas dirigidas ao PTM que estaria através de seu presidente assumindo uma postura de acomodação face ao governo. O editorial de 'O Debate' de 21 de março de 1934 insistia na idéia de que "um partido não deve existir só no momento das eleições, mas que tendo um programa a defender e uma idéia a propagar deve estar sempre presente na luta. Mesmo porque aí estariam os integralistas a se infiltrar no meio operário procurando e conseguindo sempre novas adesões!"<sup>16</sup>

Marcado pela euforia do crescimento físico-espacial da cidade, o que importou em crescentes demandas da população por melhorias urbanas, a conjuntura foi marcada ainda, por significativo índice de desemprego, o que de certa forma contribuiu para a maturação política do operariado. Esta maturidade tende a explicar, a partir de 1935, definições mais claras de posições político-ideológicas, não apenas da classe operária, mas da própria população. Assim, se foi notória a difusão do modelo fascista; ao ponto de, Decreto-Lei Municipal mudar a denominação das escolas anexas à Sociedade Beneficente Italiana de "Escolas Dante Alighieri" para "Escolas Benito Mussolini",<sup>17</sup> digna de nota foi também a difusão de idéias socialistas, baseadas na "excelência do modelo Russo". Há todo um campo de relações de forças explicitado num momento de efervescência social e política.

#### PRESEÇA INTEGRALISTA E CLASSE OPERÁRIA

As idéias políticas não surgem, nem se difundem, nem aliciam adeptos de modo aleatório. É necessária a criação de construtos de representação de interesses, para viabilizar propostas de conquista de poder e assumir vontades coletivas parciais, através da inserção quotidiana dos militantes na luta política.

De fato, a criação, em Belo Horizonte, de núcleos da AIB, secretarias, sedes municipal e posteriormente provincial, configura uma organização capaz de engendrar canais de mobilização social. Como forma de ação política organizada, registramos em março de 1934 uma conferência para 300 pessoas, realizada na Escola Normal da capital, com a presença de uma caravana vinda do Rio, integrada por Plínio Salgado,

15. *Correio Mineiro*. Belo Horizonte, 12 dez./1933. p. 2.

16. *O Debate*. Belo Horizonte, 21 mar./1934. p. 1.

17. "Decreto Lei s/nº de 19 de janeiro de 1935" - *Leis e Decretos Municipais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1936. 156

chefe da AIB e Gustavo Barroso, Secretário Nacional de Educação!<sup>18</sup> Como produto da divulgação de seus objetivos, os integralistas conseguiram adesões entre estudantes e operários.<sup>19</sup> Antecedendo a solenidade, propagou-se pela grande imprensa os princípios doutrinários da AIB como o nacionalismo, espiritualismo, harmonia inter-classes e a defesa de um governo forte, como alternativa à instabilidade política do liberalismo democrático.<sup>20</sup>

Essas táticas de manobra integralista desencadearam protestos de dirigentes sindicais, por perturbarem o momento em que a classe se mobilizava e se dividia quanto à realização do I Congresso Sindical Proletário do Estado de Minas Gerais, com data marcada para 15 de abril de 1934, em Juiz de Fora. Surgiram denúncias sobre a penetração integralista no meio operário, acusando acontecimento similar em São Paulo e Pernambuco.

A convocação para a realização do Congresso foi iniciativa do Bureau de Expansão Sindical sob o patrocínio do Deputado classista Alberto Surek e o objetivo era o de:

*"estudar os assuntos relacionados com os interesses das classes trabalhadoras sindicalizadas e auscultar as tendências e aspirações do proletariado mineiro, visando traçar um programa de ação sindical uniforme e coordenando entre os sindicalistas do Estado".*<sup>21</sup>

Entre o elenco de vinte e duas teses discutidas em Juiz de Fora, destacavam-se algumas de interesse dos trabalhadores, como por exemplo, a instituição do salário mínimo, a regulamentação do direito de greve e a liberdade de associação e de pensamento. No entanto, o que marcou a organização dos trabalhos preparatórios, bem como sua realização foi a "coligação dos sindicatos ao Estado, sob uma só orientação para uma ação em conjunto bem orientada e coordenada" que se inscrevia como a tese de nº 7, a ser discutida. A natureza oficial do Congresso foi denunciada pelas lideranças operárias de Belo Horizonte que estiveram, como noticiam os jornais, prestes a não participar alegando a "falência" antecipada do referido Congresso, que se propunha em última instância, a "levantar a candidatura de Vargas à presidência da República".

Apesar da divisão da classe, a maturidade política do operariado belorizontino ficou evidenciada tanto pelas discussões que antecederam a realização do Congresso, quanto pela forma de sua participação retirando-se em bloco do plenário como forma de protesto, o que a notícia abaixo demonstra:

18. "O Dia de Ontem dos Integralistas. *Correio Mineiro*. Belo Horizonte, 25 mar./1934. p. 1.

19. *Idem*, *Idem*.

20. "Integralismo-Ramos de Carvalho". *Correio Mineiro*. Belo Horizonte, 2 mar./1934. p. 16.

21. *Idem*, *idem*, 18 abr./1934. p. 6.

"...A orientação do Congresso segundo propaganda oficial obedeceu à direção do Sr. Surek. Ora, um representante operário para justificar o seu próprio nome e a delegação de que foi incumbido tem que fazer o seguinte: reclamar contra a parcialidade na expedição dos convites; o local impróprio, inadequado mesmo escolhido para funcionar o Congresso; a Censura exercida sobre os debates que devem ser livres; o fato de o Ministro do Trabalho presidir o Congresso, simples assistente que deveria ser, sem direito a opinião por não ser interessado nas teses; a presença de um general e de um político, que se não justifica por não serem também operários, e o governo já estar representado na pessoa do ministro; finalmente o fato de não ter mesmo nem um delegado de sindicato tomado parte na mesa dos trabalhos que foi entregue a estranhos e pessoas desinteressadas do assunto. Quem não dissesse isto, não seria operário, e quem dissesse... A nossa bancada retirou-se do recinto do Congresso porque reconheceu a inutilidade de seus esforços no sentido de manifestar claramente seu pensamento e cumprir seu mandato.

Numa época em que os operários paralisam o trabalho, fazendo greve, para exigir os seus direitos e o governo reconhecer esses direitos, para se ver livre da greve geral, não é cabível que se vá submeter um Congresso Operário à censura total, fazendo dele um centro de palestras, centro de estudos que deve ser. Fizeram bem os nossos representantes, dando um alto exemplo de dignidade e altivez e quem for sincero, em matéria operária, há de reconhecer que aí está o espírito que há de presidir todas as conquistas futuras..."<sup>22</sup>

Os propósitos de assegurar ao movimento operário certa autonomia junto à política oficial foram traduzidos na atuação que tiveram os líderes belorizontinos naquele Congresso. Fortalecido assim politicamente, o movimento operário da capital conseguiu manter-se mobilizado, pelo menos até julho de 1935, quando no dia 13, foi fechado o núcleo local da Aliança Nacional Libertadora, e institucionalizada a repressão política e social.

Entretanto, o contexto de mobilização aberto pela conjuntura 1934-35 foi palmilhado por tentativas fragmentadas de penetração integralista no movimento operário. A própria Federação do Trabalho de Minas endereçou aos trabalhadores do Estado um manifesto expressivo contra a infiltração integralista. Alertava os operários para que não continuassem a servir de instrumento da AIB em sua ascensão ao poder, considerando a Ação uma réplica do nazismo e fascismo europeus. Repudiava os "bonecos encamisados" que só sabiam usar de violência semelhante aos tempos da Inquisição. Citava Plínio e Gustavo Barroso agredindo trabalhadores em Niterói; um padre integralista no Ceará, "chefiando jagunços" na invasão de sindicato; incidentes, em Campos, entre integralistas e operários, terminando em tiroteio.<sup>23</sup>

22. *O Debate*. Belo Horizonte, 18 abr./1934. p. 6.

23. *O Debate*: "As Explorações Integralistas no Meio Operário". Belo Horizonte, 23 mar./1934. p. 6/7. "I Congresso Sindical Proletário do Estado". 23 mar./1934. p. 6/7.

A identificação entre AIB e fascismo passou a figurar nos ataques ao movimento, configurando uma imagem de alerta. O sindicato dos sapateiros discutiu em reunião, a natureza fascista da AIB; o centro israelita convocou, após a vinda de Plínio e Gustavo Barroso a Belo Horizonte, um comício "antifascista", com representante de operários panificadores, União dos barbeiros e dos sapateiros. Entre os oradores destacaram-se Isaías Golgher, David Rabello e Aníbal Vaz de Mello, cujos discursos constituíram um libelo contra Hitler e Mussolini e sua escalada militarista. Como um dos motivos precipitadores dessa concentração de rua, registramos uma nota da grande imprensa sobre a organização do exército integralista em Minas. A informação fora colhida em entrevista de um estudante da Escola de Direito da Universidade de Minas (forte núcleo integralista), que falara da existência de 300 adeptos entre médicos, engenheiros, intelectuais e operários e o início de exercícios militares para a formação de três centúrias. Os núcleos mais expressivos da Idéia Nova, além de Belo Horizonte, eram Teófilo Otoni, Juiz de Fora, Três Corações, Itanhandu e Raul Soares. A partir de 15 de abril de 1934, informava ainda o entrevistado, o jornal "Anauê" passaria a circular, sob a direção de Isolino D'Aguiar Camargos, em Belo Horizonte, e a nível nacional o jornal "A Ofensiva", sob a direção de Plínio Salgado.<sup>24</sup>

A semelhança do integralismo com as correntes fascistas européias, para José Chasin, não passa de uma generalização deformante, que transpõe de forma mecânica para um país economicamente dependente e agro-exportador, os frutos do capitalismo europeu, em sua etapa de monopólio dirigida para a expansão imperialista. Aquela identificação segundo o autor, nasceu de um pronunciamento na Assembléia Legislativa, quando se instalou a Constituinte de 1934, e o deputado socialista Zoroastro Gouveia qualificou de fascista a AIB.<sup>25</sup>

A divulgação da Idéia Nova ia ganhando espaço na imprensa e sua expansão pôde ser inferida pela adesão de setores da Igreja Católica, e por outro lado, pela virulência de ataques desfechados contra a AIB:

*"Que pode o integralismo fazer pelo Operário? Acaso os líderes Plínio Salgado e Gustavo Barroso já tiveram alguma vez em sua vida um gesto, um só que se pudesse dizer em favor do operário? Não nos consta?"*<sup>26</sup>

Ampliava-se o noticiário da AIB na imprensa, ao mesmo tempo em que tendências opostas pronunciavam-se. Comentava-se que no Rio, havia cisões internas no movimento; no Ceará, a Legião do Trabalho se desvinculara do integralismo; frustrara-se a esperança depositada no General Góes Monteiro, que, por "se dizer inimigo do sistema democrático" supunha-se "um adepto espontâneo", pois o general se declara

24. *O Debate*: "Nota". Belo Horizonte, 3 e 4 abr./1923, p. 6. "Organização do Exército Integralista". 11 abr./1934. p. 8. "O Protesto dos Filhos de Israel contra os Ataques dos Integralistas", 20 abr./1934.

25. CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

26. "Comunismo e Integralismo". *O HORIZONTE*. Belo Horizonte, 14 mai./1934. p. 2. "A Propósito da Palhaçada Integralista". *O DEBATE*. Belo Horizonte, 22 mai./1934. p. 6.

categoricamente em contrário.<sup>27</sup> O clima de tensão não se justificava apenas pelo confronto ideológico, mas sobretudo como resultante do contexto político dos anos 1934-35, em que diferentes forças tentavam se afirmar como circuitos de poder, sendo uma delas o operariado, objeto por isto mesmo de atenção dos integralistas.

A vaga reivindicatória que marcou o movimento operário brasileiro na conjuntura 1934-35, incide também sobre a classe operária belorizontina, sendo inúmeros os conflitos que chegaram à sua expressão máxima - a greve. Foram nesses conflitos que tendências político-ideológicas de extrema esquerda ou direita se esboçaram de modo expressivo. De fato, a chance de atuação integralista no meio operário surgiu, mais concretamente quando os ferroviários da Estrada de Ferro Oeste de Minas entraram em greve e a comissão grevista solicitou a participação dos camisas-verdes. Cerca de 600 ferroviários fizeram uma assembléia na sede municipal da AIB, a 22 de junho de 1934. Oradores integralistas presentes usaram da palavra, encaminhando sua proposta programática de simpatia aos trabalhadores. Nova reunião foi marcada para o dia seguinte. Já então, a comissão grevista havia assinado um "*acordo revoltante*". A imprensa deixou entrever a manipulação dos operários pelos integralistas.<sup>28</sup>

Também merece destaque a greve dos empregados da Cia. Força e Luz de Minas Gerais, ocorrida em julho de 1934. A paralização por vários dias de um dos serviços básicos de infraestrutura urbana, custou ao movimento não apenas críticas severas como violenta repressão policial. Em nota que o comitê grevista divulgou a 14 de julho no Correio Mineiro, além de denunciar a morte de um companheiro "*vítima de um projétil da cavalaria*", sustentava-se a tese que:

*"...a obra dos trabalhadores só pode ser feita pelos próprios trabalhadores, e compreendemos que a obra proletária só pode ser feita após uma perfeita coordenação do trabalhador universal, unidos todos por um mesmo objetivo, porque as necessidades do operário são as mesmas em toda a parte, e são os mesmos os seus direitos a defender em qualquer país. E partindo desse princípio é que proclamamos "Proletários de todos os países uní-vos". Com relação à causa proletária não nutrimos qualquer preconceito racial e o sentido de nosso movimento reivindicativo não é nacionalista - combatemos o imperialismo internacional, aqui e em qualquer parte que nos tem espoliado de todos os direitos."*<sup>29</sup>

O boletim portador desta nota foi apreendido, assim como presos os que o divulgavam, entre eles, diretores da Federação do Trabalho.<sup>30</sup> O movimento se alongou até setembro. A 19 daquele mês, o jornal O Debate chamava ainda a atenção de seus leitores para o "*caso doloroso dos condutores e motorneiros da Força e Luz demitidos*

27. CARVALHO, Ramos. "Aos Moços de Minas". O DEBATE. Belo Horizonte, 29 mai./1934. p. 2. "A Falência do Integralismo". CORREIO MINEIRO. Belo Horizonte, 9 jun/1934.

28. "Diante do Sigma Integralista". O DEBATE. Belo Horizonte, 23 jun./1934. p. 3.

29. CORREIO MINEIRO. Belo Horizonte, 14 jul./1934. p. 1.

30. Idem. Idem, 15 jul./1934. p. 1.

*em massa*", e esclarecida a posição da Federação Mineira de Estudantes, que em reunião do dia anterior decidiu, depois de calorosos debates e contra a maioria dos integralistas presentes, manifestar inteiro apoio aos grevistas da Cia. Força e Luz.<sup>31</sup>

Assim, podemos inferir pela intervenção integralista favorável ao patronato. Neste sentido, entrevistamos o professor da UFMG, Osório da Rocha Diniz, que não professava a doutrina, mas mantinha relações pessoais com empresários da área privada e pública, adeptos da AIB. Segundo suas informações, os empresários contavam com os operários integralistas, no sentido de garantir o apoio ao patronato, além de aliciá-los para indicar trabalhadores comunistas, que seriam posteriormente despedidos e/ou denunciados à polícia. Aqueles operários portavam carteira da AIB, bem como a promessa verbal de benesses quando os integralistas assumissem o poder.

Sobre a questão social, a AIB lançou em 1934, um documento dirigido aos trabalhadores da cidade e do campo, onde aprofundava também a divergência diante "*da vã promessa comunista*". Reafirmava o culto a Deus, Pátria e Família; defesa da propriedade, mais o direito de todos os operários terem seu pedaço de terra, sua casa, seus instrumentos de trabalho; defesa do corporativo com garantia do direito ao trabalho e harmonia entre todas as classes.<sup>32</sup> Ao mesmo tempo, o documento reivindicava do governo de Vargas: jornada de 8 horas de trabalho, salário mínimo, cooperativas de consumo, participação operária nos lucros da empresa, direito de férias, assistência médica, igualdade de salário entre homem e mulher, quando no exercício de funções idênticas. O manifesto firmava posição contrária ao trabalho feminino, quando objetivasse complementar o salário do chefe de família, pois este deveria ganhar o suficiente. Apontava também a importância da instituição do salário-família, seguro social, seguro familiar etc.

As reivindicações trabalhistas da AIB não diferiam de bandeiras das demais organizações operárias do período, onde não se efetivara ainda o direito do trabalho. Já a sua proposta societária, deixava claro pontos estruturalmente inegociáveis, como por exemplo, a propriedade do operário sobre os instrumentos de produção, numa forma de organização social que institucionalizou a separação entre o trabalhador e a ferramenta, como suporte fundamental do sistema; desconhecia concretamente a existência de interesses divergentes entre as classes, quando propunha unificá-las nominalmente e ter como limite da propriedade o bem comum.

Como objetivo de uma mobilização permanente através da ação política organizada, registramos ainda em 1934: artigos em jornais, comícios no centro de Belo Horizonte e em bairros, onde as concentrações eram policiadas por cerca de 200 milicianos, devidamente fardados; celebração de missa pelo assassinato de um adepto paulista, considerado o primeiro mártir do integralismo; e, finalmente, organização de "*bandeiras*" que percorriam cidades como Curvelo e Dimantina, disseminando a doutrina do Sigma, através de conferências para intelectuais e "*representantes do proletariado*". Como nomes expressivos da AIB, registramos os de Fábio Motta, Adolfo Santos, Ramos de Carvalho, Maurício Andrade, Samuel Teixeira de Ciqueira Magalhães (brigadeiro e comandante da milícia em Belo Horizonte), José de Mello Alvim, Osolino Tavares

31. O DEBATE. Belo Horizonte, 19 set./1934. p. 1.

32. "Operários dos campos e das cidades, trabalhadores em geral". ANAUÊ, 11 set./1934 (capa).

(Secretário do Departamento Provincial de Organização Política) e Dr. Fortuna Mendes (Secretário do Departamento de Justiça da AIB, na província de Minas Gerais).<sup>33</sup>

A atuação da AIB dinamizava-se em três frentes: político-social como partido político registrado legalmente; sócio-cultural, tendo como pontos-chaves a organização, a propaganda e a moral-espiritual. Embora tenha passado por modificações entre os anos 1931-1933 (manifesto de outubro), 1933-1936 (reconstrução interna), 1936-1938 (alternativas de tomada do poder), sempre persistiu a tônica de movimento anticomunista. A partir de 1934, segmentos médios e operários começaram a se organizar para enfrentar, entre outras, a escalada integralista. Assim, em 1935 surgiu a Aliança Nacional Libertadora (ANL), congregando nas áreas urbanas socialistas, comunistas, trotskistas, anarquistas, democratas cristãos e liberais democratas. Em Belo Horizonte, a imprensa informava sobre a presença da ANL e o debate sobre a provável "extinção do integralismo" face a lei de segurança nacional (LSN). Os integralistas desmentiram o fato, divulgando não serem afetados pela LSN, por estarem legalmente registrados como partido político.<sup>34</sup>

Desse modo, à atuação dos integralistas continuou ininterrupta. No meio estudantil, os alunos da Escola de Direito da Universidade de Minas representavam um dos núcleos mais organizados da AIB, tentando levar sua influência a setores subalternos da população. Entretanto, nas eleições de 1935 para o Diretório Acadêmico, a chapa integralista foi derrotada.<sup>35</sup>

Mas, a AIB seguia incentivando a participação popular. O núcleo integralista da Lagoinha promoveu uma cerimônia religiosa, com a comunhão de 200 militantes católicos, e à noite realizou uma sessão doutrinária na sede. Integralistas católicos participaram de um "desfile religioso", sendo obrigatório o uso da camisa verde. A Secretaria de Cultura Artística, sob a direção de Bueno da Rivera iniciou os preparativos de uma promoção, que culminaria com um festival de arte integralista, a ser realizada a 7 de setembro de 1935. Criou-se uma biblioteca integralista e uma escola de oradores, sob a direção do acadêmico de direito Gerardo Grossi.<sup>36</sup>

A Ação expandiu-se para o interior do Estado, através de caravanas que visitaram Nova Lima, Barbacena, Santos Dumont, Juiz de Fora, Entre Rios. Em Lafaiete foi instalado um núcleo da AIB, sob a coordenação do padre Francisco Correia, e o tribuno integralista Santiago Dantas fez uma conferência, como convidado especial.<sup>37</sup> Em outubro de 1935, dois acontecimentos marcaram a ação política dos integralistas em Belo Horizonte: uma conferência de Carlos Cristi de São Paulo, na União dos

33. *O DEBATE*. "Ação Integralista Brasileira". 1º out./1934. p. 6-8. "Os Integralistas em Ação". 6 out./1934. p. 8. "Integralismo", 12 out./1934. p. 8. "Bandeira Integralista". 18 out./1934. p. 3. "Bandeira Integralista no Norte de Minas". 27 out./1934. p. 6. "O Movimento Integralista visto por um de seus chefes". 26 out./1934. p. 8.

34. "Ação Integralista Brasileira". *O DEBATE*. Belo Horizonte, 23 abr./1934. p. 2.

35. "O Movimento Integralista Lança a Chapa para o Diretório Acadêmico". *O DEBATE*. Belo Horizonte, 13 abr./1935. p. 3.

36. "Pedindo a Deus pelo seu Chefe". *O DEBATE*. Belo Horizonte, 1º jul./1935. p. 7.

37. "Ação Integralista Brasileira". *O DEBATE*. Belo Horizonte, 26 ago./1935. p. 7.

Empregados do Comércio e a organização de um "comício monstro" na Lagoinha, com os participantes devidamente fardados.<sup>38</sup>

Ao lado da efervescência integralista e sua possibilidade de influenciar o campo de forças, emergia a ANL. O líder da ANL em Minas Gerais, David Rabello, confrontou-se com a AIB na pessoa de Gustavo Barroso e Dr. Samuel Teixeira de Magalhães, Chefe Provincial dos integralistas. David Rabello dizia que a ANL não desejava ouvir os integralistas e que faria o possível para evitar "conferências verdes" na universidade. Duvidava mesmo que o reitor Francisco Brant cedesse o salão nobre da Escola de Direito, onde estava programada uma conferência de Gustavo Barroso. O médico integralista Samuel D. de Magalhães dizia considerar "blague" os milhares de adeptos que a ANL registrava em Minas, insurgindo-se contra o "caráter subversivo" da organização anticlerical, que se levantava contra a propriedade e a família empregando a força, e defendia a AIB, obediente à autoridade e só empregando o livro, a imprensa e a tribuna para convencer, até que a sociedade exigisse a implantação do Estado Integral Brasileiro.<sup>39</sup> Esse destaque nos mostra que a ideologia tem sempre o apelo do que deseja construir, e que a história de uma organização é a história de suas propostas políticas que referendam sua locomoção no campo social.

No início de 1936 ainda se comentava sobre o fechamento da ANL,<sup>40</sup> que não resistira à crise desencadeada sobre ela pelo aparelho de Estado, enquanto que a AIB continuava com suas sessões doutrinárias e seu trabalho de propaganda. As críticas à liberal democracia e hostilidades aos comunistas foram determinando cada vez mais a centralização de decisões na AIB, onde o que pensava o Chefe gerava a matriz ordem/obediência, e a luta ideológica dentro do movimento não interferia em sua unidade.

A partir de 1936, colocou-se a questão sucessória, havendo cisões nos quadros governamentais. Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, apoiava o candidato Armando Salles. Benedito Valadares, governador de Minas Gerais, apoiava José Américo. As eleições provavelmente significavam ameaça à hegemonia de Vargas, dados os conflitos dentro do bloco de poder. Sem maiores possibilidades de êxito eleitoral, apesar de ser um movimento organizado de massas, os integralistas decidiram encaminhar a candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República. Na certa, esperavam abalizar forças e conseguir posição de barganhas vantajosas. A plataforma da AIB subscrevia os princípios do Sígma: um Estado Integral, substituindo partidos políticos pelo sistema orgânico e cristão das corporações, como órgão de capacitação e expressão da vontade popular; ao operariado acenava com um salário capaz de atender às exigências de qualidade de vida; aos setores médios prometia expurgar da sociedade os elementos que a corrompiam; enfim, a promoção da unidade da família e da pátria sem violência e opressão. Em Belo Horizonte, Plínio falou sobre as eleições, no salão do Cine Metropolitano, com o comparecimento obrigatório dos camisas-verdes. Segundo ele os demais candidatos do Sígma nasceriam de sua "palavra de ordem" e

38. *O DEBATE*. "O Comício Integralista de Hoje". 5 out./1935. p. 8. "Sessão Integralista Brasileira". 11 out./1935. p. 20.

39. "Integralismo versus Aliança Libertadora". *O DEBATE*. Belo Horizonte, 8 jun./1935. p. 8.

40. *ESTADO DE MINAS*: "Ação Integralista Brasileira". 18 jan./1936. p. 2. "Negado o Registro da Ação Integralista". 28 jan./1936. *ANAUE*. Belo Horizonte, 28 jan./1936. p. 3.

não de congressos ou manifestos<sup>41</sup> Todavia, a conjuntura de 1936 enrijecia-se com indícios de fechamento, tendo como evidências os estados de guerra solicitados por Vargas ao Congresso Nacional. Paralela à repressão aos comunistas, surgiram indicadores de ameaças à expansão da AIB. Por exemplo, na Bahia, em janeiro, a Delegacia de Segurança e Ordem, apreendeu vários exemplares do jornal integralista A Ofensiva, de circuito nacional; em Minas, em fevereiro, foi sustada pela polícia a realização do congresso universitário integralista, em São João D'el Rey, com a presença de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale. Lá foram presos José Saba, chefe de polícia da AIB e Salustiano Pureza, por porte de arma e desacato à autoridade. A proibição do congresso desdobrou-se em duas etapas. Primeiramente porque Plínio falara da sacada do Hotel Macedo, desobedecendo à proibição de comício em logradouro público. Entendimentos entre a polícia e o governo do Estado restabeleceram o Congresso. Entretanto, este não passou da sessão preparatória, sendo definitivamente proibido. O motivo alegado foram "*as inverdades*" de um comunicado que a AIB distribuía à imprensa.<sup>42</sup>

O clima de inquietação que circunscreveu o fato do fechamento do congresso não foi aliviado, apesar de Gustavo Barroso declarar que fora a melhor propaganda que se poderia esperar e Plínio Salgado lamentar que o estado de sítio estivesse criando dificuldades aos integralistas, quando fora votado apenas para facilitar o combate aos comunistas. Plínio declarou também, que a proibição do congresso de São João del Rey fora uma represália, pela boa recepção que os integralistas tiveram na cidade. Informou ainda sobre a adesão de várias patentes do exército à doutrina do Sígma. Entretanto, o órgão integralista Brasil Novo fora apreendido, por infringir a Lei de Segurança Nacional, em seus comentários sobre o congresso de São João del Rey.<sup>43</sup>

Apesar de promoções nas sedes com comparecimento obrigatório, de divulgação através da imprensa e comícios em locais fechados, devido à situação excepcional do país em estado de sítio, o avanço integralista foi perdendo espaço. Contudo, os preparativos eleitorais continuavam. Fora até divulgado um plano de mobilização eleitoral integralista, em que o município seria dividido em bairros, os bairros em quarteirões e estes em ruas. Para cada bairro, quarteirão e rua, seriam indicados chefes que ali residissem ou trabalhassem. Fora estabelecida uma hierarquia de penetração domiciliar para que não ficasse "*uma única família na cidade sem receber as chapas integralistas*". O documento tratava ainda dos deveres de cada chefe de rua, quarteirão e bairro.<sup>44</sup>

41. **ESTADO DE MINAS**. "A Plataforma dos Integralistas". 28 jan./1936. p. 10. "Integralistas". 30 jan./1936. p. 1. "Na Capital". Plínio Salgado". 31 jan./1936. p. 3.

42. **ESTADO DE MINAS**. "O Jornal Integralista". "A Ofensiva". Apreendido pela Polícia Bahiana." 29 jan./1936. p. 10. "Fechado pela Polícia o Congresso Universitário Integralista de São João D'el Rey". 11 fev./1936. p. 1. "Retirou-se apressadamente de São João del Rey o Sr. Plínio Salgado". 12 fev./1936. p. 10.

43. **ESTADO DE MINAS**. "Na Capital o Sr. Gustavo Barroso". 16 fev./1936. p. 9. "Como foi votado o Estado de Sítio". 12 fev./1936. p. 10.

44. "Plano Eleitoral para o Pleito que se Aproxima". **ESTADO DE MINAS**. Belo Horizonte, 1º abr./1936. p. 10.

Nova proibição atingiu os adeptos dos Sígma, quando os delegados de algumas cidades impediram o uso da camisa verde. A AIB impetrou mandato de segurança, mas a Corte de apelação do Estado julgou-se incompetente para apreciar o pedido.<sup>45</sup>

A inibição progressiva da sociedade civil recaía também sobre os integralistas, que procuraram fortalecer seus mecanismos de segurança interna. Um dos controles, já usados desde 1935, tornou-se público por ter chegado ao conhecimento da imprensa, através de um ex-integralista. Tratava-se de uma circular do Departamento Provincial de Polícia da AIB de Minas Gerais para o Chefe do seu Departamento Municipal de Polícia, dando-lhes instruções para que fossem fichados todos os indivíduos que se manifestassem contra o integralismo, sob qualquer pretexto.<sup>46</sup>

Apesar de ativar seus mecanismos de segurança, e atender às exigências de estado de sítio, pendia sobre a AIB a ameaça de fechamento, por ter sido solicitado o cancelamento de seu registro, pelo Partido Trabalhista do Brasil. Bulhões Pedreira apresentou a defesa da AIB ao Tribunal Superior Eleitoral, argumentando que somente os poderes públicos teriam competência para pedir a cassação do registro de um partido político.<sup>47</sup> O fato aconteceu em abril de 1936. Neste mesmo mês a AIB, acompanhando a conjuntura que ia deslocando seu eixo de conflitos, percebeu a alternativa de possíveis alianças. Redefiniu sua direção, radicalizou sua luta anticomunista, decidiu-se pelo apoio a Vargas, tomando-se um dos suportes de sua perseguição aos vermelhos. Essa nova posição dos integralistas foi divulgada em Belo Horizonte, por um jornal de pequena imprensa.<sup>48</sup> Um novo curso de ação surgia dentro da AIB, através de três correntes políticas distintas: a tendência burguesa, voltada para o apoio às manobras continuístas de Vargas; a tendência sindicalista, relacionada com o movimento operário, e a tendência anti-imperialista, de natureza revolucionária. Mas, segundo Olbiano de Mello, Plínio Salgado era o Chefe que parecia capaz de catalizar divergências, para que o movimento não se desestruturasse e não houvesse discordâncias manifestas sobre a possível adesão ao projeto golpista de Vargas.<sup>49</sup>

Entretanto, essas tendências não significavam uma retomada do ideal integralista. Por conseguinte, uma organização - AIB - que objetivou fundar um Estado Integral Corporativista, ao abrir mão de sua proposta política, mesmo que para contornar problemas conjunturais, correria o risco de não permanecer incólume. Na verdade, nenhuma organização resiste a uma crise, quando não tem propostas capazes de acionar o vetor do imaginário de seus adeptos.

45. "Mandato de Segurança Requerido pela AIB". **ESTADO DE MINAS**. Belo Horizonte, 16 fev./1936. p. 3.

46. "Esperando o Dia da Vitória". **ESTADO DE MINAS**. Belo Horizonte, 19 mar./1936. p. 10.

47. "O Pedido de Cancelamento de Registro da AIB". **ESTADO DE MINAS**. Belo Horizonte, 9 abr./1936. p. 10.

48. "Combatamos o Comunismo sobre todos os Aspectos". **O GRANITO MINEIRO**. Belo Horizonte, 29 abr./1936. p. 7-8.

49. TAVARES, José Nilo, op. cit. 212.

## AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

As origens da AIB<sup>50</sup> remontam a 24 de fevereiro de 1932, quando, em São Paulo, foi criada oficialmente a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), formalizando a reunião dos primeiros adeptos do integralismo. Plínio Salgado, seu fundador e chefe, expôs os objetivos da SEP na segunda reunião realizada a 12 de março do mesmo ano: implantação do princípio de autoridade, respeito às tradições históricas brasileiras, realização da justiça humana, respeitado o princípio da propriedade, união de todas as classes sociais, harmonia entre o indivíduo e o Estado. Essa linha programática foi aprovada na terceira reunião da SEP, em 06 de maio de 1932. A SEP, entidade cultural, manteve o jornal *A Razão*, fundado em 1931, como veículo de propaganda doutrinária e instituiu a Ação Integralista Brasileira (AIB), que desencadeou uma campanha política, objetivando implementar em todas as classes sociais o projeto de um Estado Integral, de natureza corporativa.

A par de contatos com intelectuais fluminenses e mineiros iniciados em 1931, Plínio redigiu o manifesto da AIB, distribuiu cópias entre os militantes, preparando-o para divulgação em 09 de julho de 1932. O projeto foi sustado pelo movimento constitucionalista de São Paulo, considerado por Plínio uma réplica política oligárquica da Aliança Liberal, sem interesse para a sua causa. Após a derrota do movimento armado paulista, os integralistas divulgaram o manifesto de 07 de outubro, consagrado como primeiro documento doutrinário da AIB, que já contava com 148 membros. O passo seguinte foi o de agregar interesses integralistas, agora disseminados em distintas regiões do país.

Pelo menos quatro organizações existentes na época foram apontadas como condicionantes do surgimento da AIB, embora posteriormente viessem a se fundir ou permanecer autônomas face o movimento: Ação Social Brasileira; Legião Cearense do Trabalho; Ação Patrinovista Brasileira e o Partido Nacional Sindicalista, fundado em Minas Gerais, pelo jornalista e escritor Olbiano de Mello, em 1931. O programa integralista recebeu a adesão de intelectuais como Santiago Dantas, Lourival Fontes e Hélio Viana, da revista *Hierarquia do Rio de Janeiro*. O eixo de atuação da AIB foi a região Centro-Sul (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro), onde, paralelamente, expandia-se o movimento operário, que constituía aí os primeiros núcleos de expressão socialista. Em Minas, a AIB envolveu nomes da esfera governamental, como Francisco Campos e Gustavo Capanema, ambos do PRM, que fundaram uma legião de camisas cáqui. Entretanto, foi Olbiano de Mello, no Norte de Minas, e Osolino Tavares, em Belo Horizonte, que desenvolveram um trabalho sistemático de organização da AIB.

A 23 de abril de 1933, realizou-se em São Paulo o primeiro desfile integralista, com a presença de estudantes e operários. A segunda concentração de rua foi em Teófilo Otoni, cidade mineira, em julho do mesmo ano, com participação de 100 militantes.

Em 06 de julho de 1934, foi aprovado o uniforme da milícia: camisa verde, calça preta ou branca, gravata preta, casquete verde, botas pretas e o sigma<sup>51</sup> como emblema da ação. Criou-se um juramento para inscrição nos quadros do movimento sob

50. As informações a seguir foram extraídas in: CÂNDIDO FILHO, José. *O movimento operário: o sindicato, o partido*. Petrópolis, Vozes, 1982. TAVARES, José Nilo. *Conciliação e radicalização política*. Petrópolis, Vozes, 1982. TRINDADE, Hélgio. op. cit.

51. Letra grega que indicava Deus e servia de sinal de reconhecimento entre os primeiros cristãos gregos.

o signo de Deus, Pátria e Família. Posteriormente, foi composto o hino *Avante dos Integralistas* e adotou-se o cumprimento de Anaué.<sup>52</sup> Ainda em 1934 surgiu o *Monitor Integralista*, órgão oficial da AIB.

Após a reabertura do Congresso Nacional, a expansão da AIB tornou-se mais expressiva, não só pelo espaço político aberto ao jogo de interesses, como por influências externas provocadas pela crise do capitalismo financeiro, e determinações internas de ordem econômica provocadas pela industrialização; de ordem social provenientes do processo de urbanização e reordenamento das relações de trabalho; de insatisfação das camadas médias, além de eferescente configuração política do conflito de classe que marcou 1934/35 como momento de crise.

Em 1935, havia 400.000 integralistas no país, e ao ser fechada a AIB em 1937, encontramos 1.123 grupos organizados em 548 municípios, segundo Hélgio Trindade. Os dados demonstram um trabalho de organização e mobilização permanentes permeados pela propaganda e divulgação que transformou a AIB numa força social, implementadora de um projeto político capaz de sensibilizar as massas, num período crítico da conjuntura brasileira, em que o Estado nacional brasileiro se reconstituía.

Referências históricas das tentativas de arregimentação integralista em Minas se depreendem da correspondência de Plínio Salgado a Olbiano de Mello, em março de 1931:

*Fundamos aqui em São Paulo uma Sociedade de Estudos Políticos, que nós chamamos, mais resumidamente, de SEP. O fim da SEP é criar uma nova mentalidade. Na capital ela está aumentando cada vez mais o número de adeptos; estamos organizando células em cada uma das cidades do estado. Resolvi pedir aos editores e autores que nos auxiliem nesta hora de catequesi e iniciação<sup>53</sup>*

Naquele mesmo ano, Olbiano de Mello fundou o Partido Nacional Sindicalista, uma organização política de trabalhadores, visando agregar todas as categorias profissionais num projeto societário de caráter corporativista.<sup>54</sup>

Em julho de 1933 houve em Minas a segunda concentração de rua da AIB, referida anteriormente. A imprensa mineira noticiou em novembro, uma entrevista com Gustavo Barroso, Secretário Nacional de Educação da AIB, que viria lançar as bases do movimento em Belo Horizonte, realizando, entre outras atividades, uma conferência no Teatro Municipal sobre o tema Liberalismo, Comunismo, Integralismo.<sup>55</sup> Considerando o liberalismo insuficiente para atender as demandas sociais, e atacando o extremismo comunista por distinguir como classes somente o capital e o trabalho, propunha o integralismo como o caminho da harmonia e categorizava a sociedade num conjunto de atividades profissionais desenvolvidas por trabalhadores do capital, trabalhadores

52. Corruptela de ENE (nove, o número dos Tempos) + (YAUÉ (saudação dos índios tupis) = ENEYAUÉ.

53. Citado por TAVARES, José Nilo, op. cit. p. 187.

54. CÂNDIDO FILHO, José. op. cit. p. 166.

55. "Integralistas a Postos". *CORREIO MINEIRO*. Belo Horizonte, 11 nov./1933. p. 2.

manuais e trabalhadores intelectuais. De modo especial referia-se aos operários, a quem a AIB pretendia resgatar a dignidade humana, enquanto que o comunismo os transformaria em simples máquinas produtoras. Através de notícias publicadas em jornais da época, sobre a presença de um comitê de numerosas pessoas recepcionando Gustavo Barroso, percebem-se indicadores de um trabalho anterior de organização, que somente fontes orais auxiliariam a desvendar.

Quando Gustavo Barroso trata a sociedade como um conjunto de partes, cujo equilíbrio depende do arranjo que se proponha, revela-se a herança positivista da doutrina que pretende organizar a realidade, negando a natureza histórica de seu processo, em que forças se movimentam dependentes de condições concretas e não de esquemas forjados nominalmente. Ademais, a divisão social idealizada não leva em conta o largo espectro de interesses inegociáveis, demandas antagônicas, conflitos de classe etc.

A tônica especial do pronunciamento de Barroso, dirigindo-se aos operários, demonstra conhecimento da realidade local já matizada pela expressão socialista. As fontes impressas dizem da movimentação operária entre o paternalismo anti-comunista da Ação Católica do Trabalho,<sup>56</sup> com a esquerda disputando eleições na União dos Empregados do Comércio e o sindicato dos ferroviários como palco de discussões contra a penetração socialista no meio operário.<sup>57</sup> É de conhecimento a tendência amarela, conciliatória e anti-extremista dos sindicatos de empregados de setores públicos, enraizada na I República, e só posteriormente adentrada pelo trabalho de organizações de esquerda. Registramos finalmente, um alerta aos operários mineiros, ante a ameaça inusitada do integralismo: "...o bicho vem vestido com farrapos vistosos das palavras sonoras e das frases adocicadas, com a esperança de colher nas suas garras de aço o proletariado incauto".<sup>58</sup>

A partir do primeiro contato entre a cúpula dirigente da AIB e da população belorizontina, a atividade orgânica da entidade possibilitou a estruturação do movimento na capital.

Os primeiros meses de 1934, em Belo Horizonte, foram intensivos na organização de adeptos da Idéia Nova ou do Sígma, expressões que, entre outras, identificavam os militantes integralistas.<sup>59</sup> Como fatos, destacamos as reuniões do triunvirato integralista do Ginásio Mineiro (João da Matta Machado, Manoel Campos, Ramos de Carvalho); fundação do triunvirato do Ginásio Arnaldo, a criação de uma comissão organizadora municipal, sob responsabilidade do Sr. Abelardo Fajardo, Chefe Provincial, que juntamente com os triunviratos universitários, instalou a sede integralista na capital, à Av. Afonso Pena. Neste local realizavam-se reuniões semanais de natureza doutrinária, sendo obrigatório o comparecimento dos militantes, trajando camisa verde-oliva.

56. DUTRA, Eliana R. de Freitas. *Caminhos Operários das Minas Gerais*. São Paulo, Hucitec, 1987.

57. *CORREIO MINEIRO*: "A Obra em Prol das Classes Operárias". 22 abr./1933. p. 7. "O Grande Pleito Unionista". 27 mai./1933. p. 7.

58. *CORREIO MINEIRO*, artigo de Germano Alves Pereira (UTLJ). Belo Horizonte, 11 jul./1933. p. 7.

59. *CORREIO MINEIRO*: "Ação Integralista Brasileira". 3 jan./1934. p. 1. "Ação Integralista Brasileira". 25 jan./1934. "Ação Integralista Brasileira". 27 jan./1934. "Ação Integralista Brasileira". 17 fev./1934. "Integralismo". 21 fev./1934. p. 3. "Direita das Esquerdas". 24 fev./1934. p. 1.

Ao mesmo tempo, registrava-se intenso trabalho de divulgação doutrinária de envolvimento do operariado, tentando-se definir como um indicador de nível de consciência alcançado pela classe, a não adesão a partidos políticos de esquerda. De fato, a instalação da sede da AIB correspondeu ao aumento de adeptos da Idéia Nova com a adesão de universitários, comerciários, funcionários públicos e operários. A solenidade inaugural contou com a presença de chefes organizadores do núcleo municipal, triunviratos universitários e de cursos secundários, além de militantes de outras províncias. Os trabalhos foram dirigidos por José F. Laudim, Assis Ribeiro e Erotides Diniz.

Os triunviratos, como núcleos organizacionais, iniciaram a ação política através de conferências, locomovendo-se no âmbito de todas as camadas sociais da população belorizontina. Para o operariado, cujo nível intelectual era considerado inferior ao de setores médios e empresariais atingidos, idealizou-se uma escola noturna gratuita para "levar luz do saber aos nossos patrícios do meio proletário". As aulas seriam ministradas por universitários integralistas e incluíam o ensino de português, aritmética, história e geografia do Brasil. Nesse sentido, a escola como instituição portadora de valores, crenças e normas, servia eficazmente à estratégia da AIB, como agência formal de socialização política.

Em sua escalada de organização, a AIB inaugurou em 1935 a sede Provincial, à Rua Curitiba, 493, sendo a chefia interina de Isolino Tavares, um dos responsáveis pela estruturação do movimento em Belo Horizonte, a Secretaria Provincial de Cultura Artística de Milton Fortuna Mendes e a Secretaria Municipal de Propaganda entregue a Ramos de Carvalho.<sup>60</sup> Outros núcleos se constituíram em bairros, com sessões ordinárias semanais: a do bairro Santa Tereza, dirigido pelos estudantes de direito Cristalino de Abreu Castro, Rubens Rezende Vieira e José Geraldo de Oliveira; o do bairro Barro Preto, sob a responsabilidade dos estudantes de direito Fábio Motta, José Guerra Paixão, Aluizio de Meira e José Vieira Britto. Os órgãos do movimento seriam as células, o diretório municipal, os chefes provinciais e seu secretariado, a câmara dos 40, criada em 1936, junto com o conselho supremo e as cortes do Sígma, que representavam a reunião de todos os organismos, só convocados em casos excepcionais, como o foram por ocasião da indicação da candidatura de Plínio à presidência da República em 1937.<sup>61</sup> Este fato representou maiores possibilidades à implantação do Estado Integral Brasileiro.

A nível nacional, o movimento era composto de uma chefia com gabinetes civil e militar, secretarias, um Conselho Nacional com secretarias etc.

Podemos pois inferir que, entre 1933-35, a AIB organizou-se em Belo Horizonte, atuando através de suas frentes programáticas, na arregimentação e mobilização de adeptos da Idéia Nova.

60. "A sede Municipal dos Camisas Verdes". *O DEBATE*. Belo Horizonte, 22 jul./1935. p. 8.

61. "Ação Integralista Brasileira". *O DEBATE*. Belo Horizonte, 08 ago./1935. p. 3. "Ação Integralista Brasileira". 10 ago./1935. p. 8.

## CONCLUSÃO

A questão aqui enunciada referiu-se às possibilidades da AIB incluir como aliada em seu projeto de conquista do poder, a classe operária, pela sua interveniência expressiva nas relações de força que configuram a conjuntura estudada. Assim acentuamos a presença operária em seu movimento de organização interna e sua locomoção a nível de instância superior do poder. Nesse contexto, projetamos a inserção da AIB no meio operário, através da divulgação e propaganda. Também apontamos sua estratégia orientadora e estipuladora de objetivos, na ação política a longo prazo, e direção detalhada de manobras para atingir sua meta.

Dado o exposto podemos considerar que o integralismo foi um movimento de idéias, que atingiu setores médios urbanos, no sentido de tentar criar uma mentalidade nova. Careceu de uma base social concreta, de onde emergisse como produto político de circunstâncias históricas, ao invés de ser apenas um ideário autocrático. Nesse sentido, remetemos ao estudo de Chauí,<sup>1</sup> que indaga como a debilidade teórica de um pensamento autoritário, conseguiu alcançar eficácia prática através de seus temas mobilizadores. A autora aponta no discurso integralista, o espectro das "conclusões que se sucedem com total ausência de premissas" e uma vez ausentes as premissas torna-se "*normativo-programático*". Formula-se um projeto de Estado como a "*única via de se fazer política e história*". Para se compreender como o integralismo tornou-se bem sucedido, num determinado momento histórico brasileiro, a autora mostra a classe média como destinatária desse ideário, que atuava com imagens "*facilmente reconhecidas na experiência cotidiana*", capazes de unificar o que aparece fragmentado na experiência. Ao invocar valores imputados tradicionalmente à classe média, tais como religião, família, propriedade, autoridade, ascensão social, posse de bens etc., convoca-a como "*vanguarda política*".

Embora não se negue que o integralismo tenha sido um movimento de setores médios, dada a sua natureza totalizadora e transformadora, necessariamente tenderia a aproximar-se da classe operária, não como parceira, mas cooptável através de suas promessas. Desse modo temos o aceno integralista ao operário no sentido de resgatar sua dignidade humana como trabalhador, com direito à propriedade e a bens materiais, a fim de furtá-lo à influência comunista.

Entretanto, os dados coletados nos autorizam a concluir pela fragilidade da AIB no meio operário de Belo Horizonte. Como evidências apontamos: a ausência de núcleos operários de militância integralista; conexões inconsistentes entre padres católicos integralistas e operários; referências fragmentadas de presença operária em desfiles, comícios, conferências etc. Apenas registramos um caso de solidariedade aos ferroviários em greve, reunindo-se na sede da AIB e manipulação dos camisas verdes, durante a greve dos trabalhadores da Cia. Força e Luz. É possível avançar a conclusão de que os integralistas estivessem menos interessados em organizar, que divulgar suas idéias no meio operário, conseguindo simpatizantes, ou cooptando aliados para apontar militâncias comunistas nas empresas, a serem despedidos e/ou denunciados à polícia. Dada a natureza vertical e totalitária da AIB, a classe operária talvez constituísse apenas um setor social, passível de submissão à doutrina, quando o projeto do Sígma se efetivasse, na vaga mobilizadora permanente e ilimitada, dissolvendo as classes em uma massa uniforme, homogênea e indiferenciada, na defesa de seu ideário.

1. CHAUI, Mariéna, CARVALHO FRANCO, Maria Silva. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

Universidade Federal  
de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia  
e Ciências Humanas  
Departamento de História  
e Ciência Política

Av. Antônio Carlos 6627

Caixa Postal - 253

CEP - 31270

Belo Horizonte, MG

